



Conferência Internacional:

Moçambique e seus desafios: Urbanização Acelerada, Mudanças Climáticas e Deslocamentos Forçados

(Campus Universitário da Lhanguene, 6 a 8 de Novembro de 2024)



Introdução

As cidades não são apenas um fenómeno geográfico. Os desafios relacionados com os processos de crescimento acelerado e a complexidade dos sistemas urbanos excedem muitas vezes a capacidade e competência das equipas políticas e técnicas responsáveis pela sua gestão. No entanto, num mundo cada vez mais urbanizado, as cidades devem ser reconhecidas como motores da mudança.

As projecções indicam que 60% da população mundial estará a viver em cidades em 2030. (UN-Habitat,2020). A urbanização mundial ocorre de forma rápida, em particular nos países em desenvolvimento, onde vive actualmente 70% da população urbana mundial. Em África, a urbanização tem sido principalmente causada pelo êxodo rural, pelo incremento da natalidade, pela requalificação dos assentamentos humanos e pelas mudanças sociais e culturais (UN-Habitat Brasil, 2023).

A população urbana em Moçambique é estimada que em 2030 atinja 60% (INE 2023) situação que coloca muitos desafios para um crescimento tão rápido. Tal crescimento não é fundamentalmente natural, mas sim, resultando da migração rural urbana como consequência do aumento da pobreza rural, da violência e da intensidade dos eventos climáticos e instabilidade miliar que em menos de 10 anos triplicou a população da cidade de Pemba (Raimundo 2023; INE 2023).

Com base no Censo de 2017 do INE, estima-se uma população total de 60 milhões de habitantes em 2050, dos quais 50% estarão a viver em cidades e aglomerações urbanas em Moçambique. Várias projecções do crescimento da população urbana sugerem taxas anuais de crescimento variando entre 2,8% e 4,5% por ano. As cidades moçambicanas são frequentemente caracterizadas por cidade duais, coexistindo numa mesma cidade duas realidades morfotipológicas claramente distintas, temporal e tecnicamente diferenciáveis, mas interdependentes e imbricadamente ligadas entre si. A cidade de cimento herdada do poder colonial, é uma cidade onde se localiza a estrutura administrativa do território e cidade edificada em materiais perenes e estruturada formalmente de forma planeada. O subúrbio, fruto do crescimento económico e da consequente demanda de mão-de-obra para o sector ferroviário e manufactureiro que se desenvolvia nas cidades, nasceu nas franjas dessas urbes sendo caracterizado por construções em materiais perecíveis como madeira, capim e caniço.

Com a Independência o governo da Frelimo idealizou a construção de “cidade socialista”, sendo a pioneira a cidade de Unango, assente nos quinhentos reeducados, antigos ladrões, assassinos, violadores, produzidos pela injusta sociedade colonial de desigualdades (in: Abel Faife, Notícias, Maputo 8/07/1983).

A crise económica, a guerra (dos 16 anos) e as mudanças climáticas dos finais do séc. XX e primeira década do séc. XXI provocaram em Moçambique um intenso êxodo rural, do qual decorreu o crescimento exponencial dos assentamentos informais (75% de Desenvolvimento urbano informal – UN-Habitat 2007) carentes de serviços básicos de saúde e educação, infra-estruturas básicas, como abastecimento de água, esgotos, electricidade, habitação adequada, emprego, oportunidades de geração de renda, etc.

De forma particular, o fenómeno das inundações urbanas, em diferentes cidades do país, muitas vezes associado às mudanças climáticas, a ocupação irregular do solo urbano e a emergência

de construções em zonas não adequadas para a habitação, constitui um dos principais desafios com que se confrontam muitas populações.

De facto, é nos subúrbios onde vive a maioria das famílias que recentemente foram afectadas pela pandemia do COVID-19 dos quais 28% das mulheres perdeu o emprego, 46% reduziu o seu rendimento e 34% viu-se obrigada a reduzir o número de refeições diárias. Além disso, estima-se que mais de 60% das pessoas actualmente vive na pobreza e mais de 1 milhão de pessoas tenham sido deslocadas pelo conflito em Cabo Delgado e sujeitas a vulnerabilidade dos deslocamentos forçados (UNICEF, 2021).

Os estados membros da ONU definiram 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) dos quais o número 11 é específico para espaços urbanos. O ODS 11 tem como meta tornar cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. O objetivo é garantir que até 2030 todos cidadãos possam viver em espaços inclusivos e capazes de se adaptarem aos desafios das mudanças climáticas, da pobreza urbana, da insegurança alimentar onde todos alcancem o bem-estar sem discriminação como os processos de gentrificação propiciam.

A história da urbanização global, em particular em Moçambique, evidencia o papel importante da urbanização na aceleração do desenvolvimento sócio-económico e espacial, bem como das políticas públicas promotoras de desenvolvimento sustentável, de inclusão social e de participação na tomada de decisões.

É neste contexto, que surge a presente conferência Internacional **Moçambique e seus desafios: Urbanização Acelerada, Mudanças Climáticas e Deslocamentos Forçados.**

Objectivo Geral:

Repensar o lugar da urbanização nas configurações conceptuais e das políticas públicas, bem como nas dinâmicas migratórias, demográficas, tecnológicas, económicas, sociais e culturais em Moçambique.

Objectivos Específicos:

- Investigar como as políticas públicas de urbanização podem ser adaptadas às dinâmicas migratórias, demográficas, tecnológicas, económicas, sociais e culturais específicas de diferentes regiões de Moçambique;
- Examinar a criatividade e inovação (estratégias de sobrevivência) dos agregados familiares urbanos para a sua sobrevivência nas cidades;
- Avaliar o impacto das tecnologias emergentes na urbanização de Moçambique e como essas tecnologias podem ser integradas nas políticas públicas para promover um desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo;

Temas:

A Conferência está aberta à realidade das diversas ciências, sem excluir a possibilidade de outras abordagens, e visando sobretudo:

1. Debate sobre o conceito de Urbanização;
2. Participação do cidadão na governação da cidade;
3. Gentrificação;
4. Políticas públicas, políticas territoriais, posse da terra, direito de propriedade no contexto urbano em Moçambique;
5. Assentamentos informais, Requalificação, Infra-estruturas e serviços básicos/Prestação de serviços à população urbana;
6. Segurança alimentar;
7. Sector informal, Desemprego, Desigualdade e pobreza urbana.

As propostas, em português, inglês ou espanhol, devem incluir um resumo (máx. 500 palavras), 5 palavras-chave e uma breve nota biográfica do autor (máx. 250 palavras), e devem ser **enviadas** para o [email: **cimu2024@gmail.com**](mailto:cimu2024@gmail.com) de **8 de Julho até o dia 8 de Agosto de 2024**. Data de resposta da **aceitação: 30 de Agosto de 2024**. Data de **entrega da comunicação: 15 de Outubro de 2024**. O evento decorrerá em formato misto, presencial e online nos dias 6, 7 e 8 de Novembro, sendo o último dia reservado a uma visita guiada ao Bairro e Museu Mafalala.

Local: Campus da Lhanguene, Anfiteatro da Faculdade de Ciências Naturais e Matemática,
R/C – Universidade Pedagógica.

Av. de Moçambique Km1, Campus de Lhanguene - Maputo – Moçambique

Coordenadora: Professora Catedrática Alda Saúte Saíde

Comissão Organizadora: Adalcídio Matine, Alda Saúte Saíde, Aurélio Miambo, Bruno Cuamba, Filipe Pitrosse, Inês Macamo Raimundo, Júlia Nércia Amaral, Regina Caminho, Rosa Mechiço.

Parceiros:

